



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

(Art. 41 e demais dispositivos da Seção XIV do Regimento Interno)

Ref.: Veto Total ao Autógrafo nº 09/13 (Projeto de Lei nº 04/2013).

Ass.: “Dispõe sobre a emissão por e-mail de contas de consumo do Departamento de Água e Esgoto – DAE, bem como dá outras providências”.

I - Relatório

(Art. 41, § 1º, 1, do Regimento Interno)

1 - O Veto Total é proposto pelo Poder Executivo ao Autógrafo nº 09/2013 (Projeto de Lei nº 04/2012).

2 - Deu entrada na Casa em 20 de março de 2013.

3 - A matéria: “Dispõe sobre a emissão por e-mail de contas de consumo do Departamento de Água e Esgoto – DAE, bem como dá outras providências”.

Voto da Relatoria

(Art. 41, § 1º, 2 do Regimento Interno)

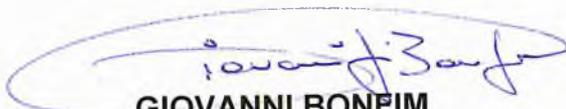
Trata-se de Veto Total oposto pelo Chefe do Poder Executivo ao Autógrafo nº 09/13, relativo ao Projeto de Lei nº 04/13, cujas razões acompanham o referido processo. Não encontramos óbice quanto a sua tramitação.

III - Decisão

(Art. 41, § 1º, 3 do Regimento Interno)

Parecer favorável, s.m.j..

Sala de Reuniões da Comissão, em 27 de março de 2013.


GIOVANNI BONFIM
- Relator -


GUSTAVO BAGNOLI
- Membro -


CELSO ÁVILA
- Presidente -



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

Nº Protocolo: 03453/2013

Dt. Entrada: 27/03/2013

Hora: 16:17

Nº Docto:

Interessado: Comissão Permanente de Justiça e Redação

Assunto: Parecer ref: - Veto total ao Autógrafo nº 09/2013 -
(PL nº 04/2013)



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

TRÂMITE DO VETO TOTAL AO AUTÓGRAFO Nº 09/2013

(PROJETO DE LEI Nº 04/2013)

SENHORES VEREADORES,

COM BASE NO REGIMENTO INTERNO, RESSALTAMOS QUE O PRESENTE VETO TOTAL OPOSTO PELO SR. PREFEITO MUNICIPAL AO AUTÓGRAFO Nº 09/2013 (PROJETO DE LEI Nº 04/2013), FOI PROTOCOLADO NA CASA EM 20/03/2013, E SERÁ LIDO PARA CONHECIMENTO EM 26/03/2013.

ASSIM, ESTANDO EM REGIME ESPECIAL, RECEBERÁ PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO A PARTIR DE 27/03/2013, COM O PRAZO DE 5 DIAS.

A PARTIR DE ENTÃO, ESTARÁ APTO A SER PROGRAMADO PARA A ORDEM DO DIA, O QUE DEVERÁ OCORRER EM ATÉ 30 DIAS CONTADOS DE SEU RECEBIMENTO.

UMA VEZ INCLUSO À ORDEM DO DIA, SERÁ APRECIADO EM DISCUSSÃO ÚNICA E VOTAÇÃO NOMINAL, PODENDO SER REJEITADO PELO VOTO DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA (LOM - ART. 47, § 3º) - **PRAZO FATAL: 18/04/2013.**

Santa Bárbara d'Oeste, em 20 de fevereiro de 2013.

FABIANO W. RUIZ MARTINEZ
-Presidente-

Distribuído: HENRIQUE M. GUIMARÃES -Chefe do Processo Legislativo -	De Acordo: BRUNO R. ARGENTE -Diretor Legislativo-	Conferido: RAUL MIGUEL FREITAS DE OLIVEIRA Procurador - Chefe
--	--	--



Santa Bárbara d'Oeste, 19 de março de 2013.

Ofício n.º 086/2013 – SNJ

Ref.: Veto ao Autógrafo n.º 09/2013

Excelentíssimo Senhor
Fabiano Washington Ruiz Martinez
DD Presidente da Câmara Municipal
Santa Bárbara d'Oeste/SP.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Vimos, respeitosamente, através deste à presença de Vossa Excelência para encaminhar à Egrégia Câmara Municipal veto ao Autógrafo n.º 009/2013 de 26 de fevereiro de 2013, que aprovou nos termos próprios o Projeto de Lei n.º 04/2013, de autoria do Vereador Felipe Sanches, que *“Dispõe sobre a emissão por e-mail de contas de consumo do Departamento de Água e Esgoto – DAE, bem como dá outras providências”*, o que fazemos pelas razões em anexo.

Aproveitamos o ensejo para registrar a Vossa Excelência e demais vereadores protestos de estima e consideração.

Denis Eduardo Andia
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'OESTE

Nº Protocolo: 03208/2013

Dt. Entrada: 20/03/2013

Hora: 17:36

Nº Docto:

Interessado: Prefeito Municipal

Assunto: Veto ao Autógrafo n.º 09/2013 (PL n.º 04/2013)



RAZÕES DE VETO

Após análise acerca do Autógrafo em questão, não obstante o mérito da questão, decidimos opor veto total ao Autógrafo nº 09/2013, por afronta às disposições constitucionais, haja vista os vícios verificados, senão vejamos:

O Município tem competência para disciplinar assuntos de interesse local, conforme se depreende da leitura do artigo 30 da Constituição Federal, exercendo o poder regulamentar para legislar sobre o poder discricionário da Municipalidade neste sentido, o que é inadmissível.

No entanto, a nova lei pretende legislar em termos concretos a respeito de instituir a emissão por e-mail de contas de consumo do Departamento de Água e Esgoto – DAE para os usuários.

Nascida de projeto de Vereador, ela representa uma usurpação de competência privativa do Prefeito Municipal, além de violar o princípio de independência e harmonia entre os poderes e, reiterando, o próprio poder discricionário do Município.

Conforme os ensinamentos do constitucionalista MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, a Constituição Federal faz distinções quanto ao poder de iniciativa das leis, apontando o que é geral e o que é reservado como também a competência concorrente.

Assim, lembra que "O aspecto fundamental da iniciativa reservada está em resguardar a seu titular a decisão de propor direito novo em matérias confiadas à sua especial atenção, ou de seu interesse preponderante" (Curso de Direito Constitucional, Saraiva, fls. 164).

Neste sentido, bem coloca a lição de HELY LOPES MEIRELLES e de antigo V. Aresto do Plenário desta Corte, relatado pelo Desembargador e jurista OSWALDO ARANHA BANDEIRA DE MELLO, valendo transcrever:

"Em sua função normal e predominante sobre as demais, a Câmara elabora leis, isto é, normas abstratas, gerais e obrigatórias de conduta. Esta é a sua função específica, bem



diferenciada da do Executivo, que é a de praticar atos concretos de administração. Por meio da edição de leis, a Câmara ditará ao prefeito as normas gerais da administração, sem chegar, no entanto, à prática administrativa. Eis aí a distinção marcante entre a missão normativa da Câmara e a função executiva do prefeito; o Legislativo delibera e atua com caráter regulatório, genérico e abstrato; o Executivo consubstancia os mandamentos da norma legislativa em atos específicos e concretos de administração (Cf. Hely Lopes Meirelles, Direito Municipal Brasileiro, Malheiros, 14a ed., 2006, pág. 605)."

Não há dúvida, porém, que a criação e a forma de prestação de serviços públicos são matérias de preponderante interesse do Poder Executivo, já que é a esse Poder que cabe a responsabilidade, perante a sociedade, pela eficiência do serviço. Sendo assim, a iniciativa do processo legislativo para criação e funcionamento de serviços públicos é privativa do Poder Executivo, pois, como assinala Manoel Gonçalves Ferreira Filho "o aspecto fundamental da iniciativa reservada está em resguardar a seu titular a decisão de propor direito novo em matérias confiadas à sua especial atenção, ou de seu interesse preponderante" (Do Processo Legislativo, São Paulo, Saraiva, p. 204).

Neste mesmo sentido é o julgado proferido pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vejamos:

Ementa: Constitucional - Ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Procurador Geral de Justiça, com medida cautelar cumulada - Lei nº 4.093, de 28 de dezembro de 2006, do Município de Osasco, de iniciativa do Executivo local, a dispor sobre "a remissão dos débitos decorrentes de consumo de água e esgoto" - Matéria da competência regulamentar do chefe do Executivo Contraprestação por tarifa - Ausência de caráter tributário - Desnecessidade de lei formal ao benefício normatizado - Conveniência, oportunidade e objetividade a arredarem os pretensos vícios por maltrato aos princípios da razoabilidade, moralidade e isonomia - Precedentes superiores e desta Corte - Improcedência que se decreta. (ADI nº 9038272-66.2007.8.26.0000 - Órgão Especial - Rel. Des. IVAN SARTORI - DJ 17/09/2008)

Ademais, em nenhum momento o referido autógrafo estabelece a fonte de custeio ou das despesas que fatalmente as determinações acarretam e obrigam.



Portanto, conclui-se, pois, pela inconstitucionalidade do autógrafo em questão, ante às razões supra mencionadas.

Assim sendo e pelas razões de fato e de direito acima expostas, submeto o presente veto ao Autógrafo nº 09/2013, à apreciação de Vossas Senhorias, contando com o vosso integral acatamento, como forma de manutenção da ordem constitucional e jurídica.

Denis Eduardo Andia
Prefeito Municipal